

A geração do equilíbrio

Matheus Schneider

Uma nova geração que pouco participou da vida política, que votou no máximo uma vez para governador, está surgindo dos quadros do país para dividir as responsabilidades na sua direção. Quais são, agora, os grandes problemas e desafios que se antepõem a esta geração emergente?

Cabe salientar especificamente o problema social, o problema da convivência política e o problema energético. O Brasil é hoje o oitavo PIB do mundo. Possuímos um respeitável parque industrial, e até uma sofisticada produção de armamentos. Temos uma presença diplomática no continente que é marcante, uma reserva apreciável de recursos humanos e abundância de recursos naturais. Mas tudo isso convive internamente com desigualdades sociais e econômicas gritantes fazendo as nossas metrópoles assemelhar-se a bolsões de riqueza cercados de favelas por todos os lados. A população carente do Rio de Janeiro é superior à população global da Nicarágua ou da metade das nações representadas na ONU no momento. E, ao mesmo tempo, a Argentina e o México disputam hoje o segundo lugar na economia da América Latina com o Estado de São Paulo.

A geração que hoje participa cada vez mais do poder começa tentando situar milhões de párias no Brasil moderno. Afasta, de saída, a noção deformada de que sua existência é natural e inevitável. Inevitável é tudo aquilo que ainda não se aprendeu a administrar; é sinônimo de falta de criatividade e vontade política objetiva, com vistas a superar ou minimizar as dificuldades existentes.

Isso conduz inevitavelmente à segunda questão: o problema da convivência política, da incorporação ao mecanismo decisório das aspirações veiculadas pelos representantes legítimos de todos os agentes envolvidos no processo social: políticos, legisladores, militares, Tecnocratas, religiosos, empresários, líderes sindicais e comunitários, enfim, do conjunto de participantes do processo de desenvolvimento. Mas para que isto ocorra é indispensável a institucionalização de regras estáveis para essa convivência. Urge modernizar nosso sistema de representação política, com vistas a capacitá-lo a absorver a complexidade dos problemas nacionais. O Congresso precisa de armar-se de meios políticos, técnicos e financeiros para opinar e influir, com competência e autoridade, sobre os grandes temas do Brasil. Não se deve, no entanto, pensar em transformá-lo em Câmara e Senado tecnificados. A linguagem da representação política é a linguagem das alternativas e da composição dos conflitos, enquanto que a linguagem do executivo é a da decisão; mas ambas devem estar respaldadas em argumentos e conceitos gerados pela dinâmica da realidade.

Um outro fenômeno que precisa ser melhor compreendido nestes tempos de crise é a crescente capacidade de aglutinação que vem ocorrendo no País, especialmente nos centros urbanos, através de diferentes mecanismos de representação, como as associações de moradores, de favelas, de profissionais, comunitárias e sindicais. Precisa-se abrir ao máximo o trânsito entre a sociedade civil e o Estado, no encaminhamento das demandas e no debate das causas públicas. Isto haverá de conferir maior densidade aos partidos políticos, que são os principais dispositivos de acionamento dos interesses da população.

Necessário também pensar sobre a autonomia tecnocrática. Há que se fazer, de imediato, uma correção de rumos, sobretudo nos exageros da estatização de economia e na intervenção do Estado na vida do cidadão, pois os princípios burocráticos vêm-se constituindo em árbitros do País e de suas classes. A civilização brasileira não tem podido expandir-se mais amplamente devido à resistência de algumas instituições insensíveis ao drama social, comandadas por esse aparentemente inarredável poder burocrático. Assim, para que o país possa melhor redefinir seus destinos, faz-se necessário disciplinar e readaptar tal poder minoritário, no momento incontrolado, e, muitas vezes, contrapondo-se às verdadeiras tendências e aspirações de nosso povo, mediante o exercício de um patronato asfixiante.

O desafio à inteligência e à criatividade reside agora na concepção de novos modelos em que se enquadrem efetivamente as nossas diversidades. Gerações anteriores elaboraram soluções e mecanismos que tiveram sua pertinência e validade e, até um período recente de nossa história, poderíamos compreender o Brasil através de seus preceitos sociológicos. Hoje, a realidade é bem diferente, já que, com as transformações tecnológicas, surgiram situações novas. Emerge, assim, a necessidade de engendrar outras estruturas de apreensão e de gestão de um País contraditório, simultaneamente feudal e industrial, cordial e violento, rico e miserável.

O último problema diz respeito ao esgotamento dos recursos naturais renováveis, angustiante crise também vivida por todo o mundo contemporâneo. Até a eclosão da crise energética, boa parte da humanidade mantinha aquela atitude de auto-iludir-se estimulando um modelo industrial e de urbanização já insustentável. O poderoso sistema de produção dos países desenvolvidos, baseado integralmente no petróleo abundante e barato, não se deteve ante a evidência de serem finitos os recursos naturais, nem ante suas disfunções geradas no organismo social. Pouco se refletiu, também, e muito menos ainda se agiu, quanto a implicações daquela realidade enganosa sobre as frágeis economias dos países em desenvolvimento.

A decisão de aumentar de forma inusitada o preço do petróleo, tomada pelos países-membros da OPEP, organizados em cartel, catalisou a crise monetária e financeira que se processava, colocando a humanidade diante de um impasse econômico sem precedentes em sua história. Esta nova realidade levou os Governos dos países importadores de petróleo a repensarem, de forma dolorosa e contundente — já que para ela não se haviam preparado — as bases sobre as quais suas economias se sustentavam.

A gestão da crise poderá ter, como deságüadouro, a consolidação de uma vigorosa civilização dos trópicos neste país, que pouco participou das eras do carvão e do petróleo, mas que agora, no limiar de mais uma virada no processo civilizatório, conta com abundantes fontes de energia localizadas em enorme extensão territorial. A Nação brasileira vive o desafio de ampliar a oferta de fontes alternativas de energia e desenvolver tecnologias, estilos e formas de viver adequados a um contexto econômico em restrição. Vai ser inevitável a mudança de nossos condicionamentos culturais. A nossa capacidade em realocar, com inteligência, os fatores econômicos e tecnológicos poderá significar a abertura de amplos horizontes, especialmente nos setores agrícola e industrial, nas regiões metropolitanas, no mundo empresarial e na universidade, despertando toda a Nação para uma nova realidade de vida, uma nova forma de conviver. E a elite dirigente deste País precisa superar o falso dilema de ser uma coisa ou outra; escolher uma direção ou outra; fazer ou não fazer. Este é um pseudo-intelectualismo racionalista. Num país em construção, em que tudo há por fazer, não se deve fazer o ou mas sim o e. O que há por fazer é conviver com o contrário; de forma criativa e despida de verdades preconcebidas e definitivas.

No Brasil, o objetivo básico não pode ser o da administração da escassez mas o da busca da abundância. Urge inverter a polaridade do que hoje se faz com o fato econômico, através da elisão imediata das categorias acadêmicas e dos dogmas da econometria comportamental. Só assim será viável perceber com nitidez o que ocorre no Brasil real e que permanece muito distante da erudição tecnocrática, linearmente destilada em conceitos sofisticados e apurados.

A geração do equilíbrio, que no momento se projeta, tem importante papel a desempenhar, diante das trilhas de contradições. A superação do desafio nacional estará sempre no rumo da lucidez e da invenção e, nunca, no comodismo de se evitar o risco de mudar.

O Engenheiro Matheus Schneider, ex-Secretário Municipal de Planejamento do Rio de Janeiro, é vice-presidente do BD-Rio e do Banerji.